

PODER

Aviso para dosimetria não seguir

Ministro Flávio Dino, do STF, considera que lei atual é boa e não deve mudar. Presidente da Câmara Hugo Motta quer pautar PL

» ISRAEL MEDEIROS

O ministro Flávio Dino do Supremo Tribunal Federal, insinuou, ontem, esperar que o PL da Dosimetria — que vem sendo elaborado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) em substituição à anistia aos golpistas que vêm sendo condenados pelo STF — não vá adiante. A advertência vem no momento em que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), indica que pode pautá-lo já na próxima semana. O magistrado reconhece que o Congresso é o exato foro para a elaboração e mudanças nas leis, mas deixou claro que espera que não haja mudanças sobre as penas que vêm sendo impostas pela Corte.

“O Congresso pode mudar? Pode. Eu, particularmente, espero que não o faça, porque considero que a lei vigente é boa”, afirmou a jornalistas, em um evento do Legislativo em São Paulo. “A lei vigente que o Supremo aplicou (nas condenações até aqui) corresponde, mais ou menos, à média internacional e corresponde, também, a essa história do direito brasileiro”, argumentou Dino.

Motta, porém, dá sinalizações em contrário. Disse, também ontem, que espera apenas que Paulinho conclua conversas com bancadas e líderes partidários para pautar o tema. “Vamos aguardar o deputado Paulinho da Força concluir essas conversas, fechar esses diálogos que têm implementado, para que, a partir daí, com o texto pronto, possamos entender qual seria o momento político de se levar, ou não, essa matéria à pauta da Câmara dos Deputados. O momento, agora, é de construção legislativa.

Luiz Silveira/SCO/STF



O Congresso pode mudar? Pode. Eu espero que não o faça, porque considero que a lei vigente é boa. A lei vigente que o Supremo aplicou (nas condenações até aqui) corresponde à média internacional e corresponde, também, a essa história do direito brasileiro”

Ministro Flávio Dino, do STF

PGR decide sobre Moraes

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, encaminhou a ação da rede social americana Rumble e da Trump Media contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes à Procuradoria-Geral da República. Caberá à PGR se manifestar sobre o caso. O despacho foi assinado na última segunda-feira, mesmo dia em que Moraes assumiu a vice-presidência do STF.

Ação, movida em fevereiro, acusa Moraes de violar preceitos da liberdade de expressão nos Estados Unidos ao enviar ordens para retirar conteúdo publicado no Rumble e pede que suas decisões sejam consideradas ilegais no país. A Justiça Federal da Flórida notificou o STJ em agosto para que o ministro fosse intimado.

O processo faz parte de uma investida do governo norte-americano contra Moraes, que já teve seu visto cancelado e foi sancionado pela Lei Magnitsky, criada para punir terroristas e ditadores. A punição veda o acesso ao sistema financeiro dos Estados Unidos, o que inviabiliza uso de cartões de crédito, bancos e corretoras sediadas naquele país.

O embate entre as plataformas e Moraes começou quando a Rumble se recusou a cumprir determinações para retirar do ar perfis, acusações por ele, de se envolver em ataques à democracia. Entre os alvos das decisões, estão o blogueiro Alllan dos Santos. Em fevereiro, o ministro bloqueou a rede social no Brasil devido à recusa da companhia a indicar representante legal no país.

Após esta construção que está sendo feita pelo relator, vamos entender qual é o momento político de se pautar esta matéria”, disse Hugo Motta à GloboNews.

Porém, ao **Correio**, Paulinho admitiu, na semana passada, que o clima para levar o texto adiante não era dos melhores. E que esperaria um momento mais oportuno para apresentar o parecer ao PL.

Se a promessa do presidente da Câmara se confirmar, ele contrariará o que disse em 22 de setembro, um dia depois dos protestos que lotaram ruas em capitais de todo o país contra a PEC da Blindagem e contra a urgência da anistia — ambos temas pautados por ele. Na ocasião, o deputado disse que era hora de afastar temas “tóxicos”, que

não conversam diretamente com os interesses da população. “Ninguém aguenta mais essa discussão”, disse. O afastamento dos temas, no entanto, não tem a ver com engavetá-los, e sim aprová-los tão logo quanto a opinião pública permitir.

Nas últimas duas semanas, Motta focou seus esforços na votação em plenário da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Também aprovou, na última quinta-feira, a urgência de um projeto que torna crime hediondo a falsificação de bebidas e alimentos, como resposta à crise de contaminação de metanol em cinco estados mais o Distrito Federal. A mudança de postura tem a ver, justamente, com uma tentativa de limpar a imagem da

Câmara, que virou as costas para pautas populares e focou seus esforços em blindar parlamentares de processos judiciais.

Questionado sobre o assunto, ontem, Motta disse que “a Câmara nunca esteve de costas para a população brasileira” e citou projetos aprovados nos últimos meses, como o Sistema Nacional de Educação, o PL contra a Adulteração e a PEC 66 de 2023 (que permite o calote nos precatórios). Citou, ainda, a aprovação da Lei da Reciprocidade, que nunca foi, de fato, usada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o tarifaço de 50% imposto pelo governo dos Estados Unidos às exportações brasileiras para o país.

O brasileiro, no entanto, continua a repudiar uma anistia aos

golpistas, como apontam várias pesquisas de opinião. Ciente da rejeição popular e com receio de contrariar o Supremo Tribunal Federal, Paulinho tem dito que quer fazer uma espécie de “média” das opiniões na Câmara sobre o assunto. O que o deputado pretende evitar que o tema seja derrubado pelo STF, tanto é que as conversas sobre seu relatório começaram com consultas a ministros da Corte sobre até onde o texto poderia ir. Se aprovado na Câmara, o PL ainda precisará passar pelo Senado, onde alguns governistas — incluindo o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA) — já se disseram dispostos a apoiar a redução de penas.

Só dois negócios não prosperam em Goiás: blindagem de automóvel e segurança privada.

Se seu negócio é outro, o estado mais seguro do Brasil está pronto para te receber.



Líder em atividade econômica no Brasil

6% de crescimento, 3x mais que a média do Brasil.



Segurança pública e segurança jurídica

Queda na criminalidade e respeito à propriedade privada.



Liberdade econômica e maior PIB da história

Menor "Custo Brasil" e incentivo ao empreendedorismo.



Investimentos em educação, talento e pesquisa

Líder em geração de emprego, inovação e qualificação.